



APERFEIÇOAMENTO À DISTÂNCIA

Anote aí os temas das próximas palestras a serem promovidas pela Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf) e transmitidas por videoconferência para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória):

21/11 – das 14 às 16 horas
“A Constituição simbólica revisitada”

23/11 – das 10 às 12 horas
“A tributação e o princípio da praticabilidade” (Des. Fed. Regina Helena Costa, da 4ª Região)

29/11 – das 10 às 12 horas
“A Constituição como simulacro” (Prof. Dr. Luiz Moreira Júnior)

30/11 – das 11 às 12 horas
“Direitos Fundamentais e a reforma da execução” (Prof. Alexandre Câmara).

A entrada franca e a participação dá direito a certificado.

Podem participar magistrados, procuradores, advogados, operadores do Direito e estudantes.

Inscrições pelo telefone (27) 3183-5109 ou e-mail secom@jfes.gov.br.

Justiça Federal apóia Campanha Nacional de Doação de Livros às Bibliotecas dos Presídios

A Justiça Federal do Espírito Santo, em apoio à Campanha Nacional de Doação de Livros às Bibliotecas dos Presídios, disponibilizou uma urna na portaria de seu prédio sede, na Cidade Alta, para receber doações de obras instrutivas, recreativas e didáticas, que posteriormente serão entregues ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra.

Participe e ajude a humanizar os presídios brasileiros!

As doações podem ser feitas até o dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos e

Aniversário de 59 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os livros devem estar conservados e o conteúdo deve estimular o bom comportamento.

A campanha é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Centro de Produção da Justiça Federal.

Para mais informações, entre em contato com a Seção de Comunicação Social da Justiça Federal, pelo telefone (27) 3183-5109 ou e-mail secom@jfes.gov.br.



Juízes Federais defendem iniciativas para enfrentar a morosidade

Rio de Janeiro (RJ) - Juízes federais reunidos no XXIV Encontro Nacional divulgaram na quarta-feira (31) carta na qual defendem iniciativas para enfrentar o problema da morosidade no Judiciário. “É preciso enfrentar este desafio com determinação, ter um olhar abrangente e crítico dos problemas causadores da morosidade processual”, afirmam.

O encontro, que reuniu cerca de 350 magistrados federais, teve como tema central a duração razoável do processo judicial, que foi abordado a partir dos pontos de vista dos vários segmentos da sociedade. “A maior crítica que se faz ao Judiciário é em relação à morosidade, com a conseqüente falta de eficiência, o que, na área criminal, se traduz em sensação de impunidade”, afirmou o presidente da Associação dos

Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Walter Nunes.

Dentre as medidas imprescindíveis à celeridade processual, os juízes federais apontam a aplicação efetiva da Lei de Informatização do Processo, nascida de sugestão da Ajufe, e a valorização dos Juizados Especiais Federais (JEFs), “modelos revolucionários, que hoje estão sobrecarregados, exatamente pelo êxito no atendimento rápido aos jurisdicionados”. Em 2006, foram ajuizadas 1,1 milhão de ações nos 741 JEFs do país, dos quais apenas 139 são autônomos e foram julgadas 1,2 milhão de ações.

A carta está disponível no site www.jfes.gov.br.

Fonte: Conselho da Justiça Federal